

Autor Maurício Zeni

Titulação: doutorado

Vínculo: professor adjunto de história – Universidade do Estado do Pará

O regime instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964 foi visceralmente anticomunista. Instituiu-se uma lei de segurança nacional e “promulgou-se” uma guerra interna, o que justificou intensa perseguição e o uso de métodos como a tortura condenados pelo tratado de Genebra, que regula o tratamento dado aos “inimigos”. Quem eram esses “inimigos/comunistas”? O que os caracterizavam? Será que “um espectro rondava” o Brasil?

A “ideologia” dos golpistas foi estruturada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 a partir de cursos e doutrinação obtidos nos Estados Unidos que, nesta época, procuravam expandir e consolidar sua área de influência como base do confronto da chamada guerra fria. Desta forma, o “comunismo” seria sempre a “infiltração” do outro lado, dos inimigos da “democracia”/capitalismo.

A chamada guerra fria, confronto “sem armas” entre as duas maiores potências do momento, não pode ser caracterizada apenas como uma luta pelo poder e sim como o antagonismo entre posturas, ideias e percepções de mundo que estão bem além do embate entre comunismo e capitalismo, o “mundo livre” e a “cortina de ferro”.

A chamada revolução francesa traz consigo signos de mudança; é a burguesia destronando a nobreza no governo da economia, da sociedade. Isto justificaria o uso do termo revolução. Uma vez conquistado o poder, a burguesia tende à busca da ordem, o que, sem dúvida, entra em franca oposição com qualquer sentido de revolução. Algo próximo deu-se com a reforma que não admite avanços além do destronamento da igreja romana como detentora do governo e da verdade cristãos.



Com a derrota e morte de Napoleão Bonaparte, os governantes da sociedade e da economia, uma aliança entre a burguesia, a nobreza e o clero, buscavam impor uma ordem possibilitadora de seu domínio, o que significava a exclusão dos antigos camponeses e agora de um novo tipo de trabalhadores fruto da “revolução” industrial. Será esta mesma “revolução” industrial que engendra um pensamento liberal para respaldar a “livre” circulação das mercadorias, do capital e do trabalho.

Assim como a “revolução” francesa mostra uma nova perspectiva para os que ficam excluídos das “3 ordens”, o pensamento liberal abre caminho para mudanças nos costumes, incluindo a família, também pressionada pela indústria emergente. O vazio deixado no seio do pensamento liberal em relação aos trabalhadores será preenchido pelo pensamento “socialista”.

De 1830 a 1848 houve levantes por toda a Europa, com destaque para os de Paris e Sicília. Em 1846 chega ao trono de S. Pedro o papa Pio IX, considerado um “liberal”. Diante dos acontecimentos, principalmente o da Sicília que chegaram a imputar ao próprio papa, Pio IX dá sua guinada conservadora, transformando-se em árduo combatente contra o pensamento e ações tidas como liberais, incluindo o socialista. Em 1870, no Concílio Vaticano I, fica decretada a “infallibilidade” papal

A igreja romana passa a capitanear a “reação” conservadora, trazendo para si até parte dos anglicanos e alinhando-se decisivamente ao lado dos fundamentalismos. A Rerum Novarum, considerada como a encíclica fundadora do pensamento social da Igreja, acontece em 1891, 13 anos do papado de Leão XIII. É uma resposta tardia e, claro, conservadora à chamada questão social que serve de orientação aos párocos e bispos e procura legitimar a atuação da Igreja em um campo que nunca deixou de ser conflitivo e potencialmente desagregador da supremacia católica.

A chegada ao poder dos bolcheviques confere concretude ao que se apresentava de forma um tanto difusa, o socialismo ou, como prefere a intransigência fundamentalista, o comunismo. Imediatamente, a Igreja torna-se seu adversário mais forte travando uma luta “sem quartel”. Como é de sua prática, o comunismo torna-se a encarnação do mal, atribuindo-se-lhe a

dissolução da família, a quebra da moralidade, a perda da liberdade individual, ... e o ateísmo, pensamento e ação profundamente anticristãos.

O combate ao comunismo torna-se tão extremado que a igreja romana não confronta Hitler por considera-lo um “bastião” contra o bolchevismo, ainda que o papa Pio XI não mostrasse apreço pelo regime. A Concordata de 1933, costurada pelo cardeal Pacelli, núncio apostólico em Berlim desde 1917 e o futuro papa Pio XII, inibe a ação do partido católico, força importante contra as pretensões de Bismarck em relação à atuação dos católicos, proibindo-lhes a ação política. Pio XII só vai dar um certo aval a um golpe contra Hitler por conta do tratado antiagressão de Hitler e Stalin.

Essa postura da igreja romana frente ao pensamento e ações considerados liberais, bem como sua aversão ao comunismo, vai servir de apoio e reforço aos chamados fundamentalismos evangélicos, pois, na verdade, estamos diante do que se poderia denominar um fundamentalismo católico. Em geral, estudos votados a um possível confronto entre católicos e evangélicos, mormente os de enfoque evangélicos, ignoram as afinidades entre ambos que acaba por ser muito grande em virtude de sua base comum, o cristianismo.

Já no final do século XVIII, os Estados Unidos caracterizam-se por abrigar fundamentalismos “protestantes”, o que impacta profundamente sua política e a natureza mesma de seu estado. Tem-se a ambiguidade entre liberdade e intolerância, liberalismo e fundamentalismo; é uma sociedade que a um só tempo busca e recusa avanços científicos (evolucionismo e criacionismo).

Os Estados Unidos saem da segunda guerra mundial como potência de primeiríssima grandeza, em contraste com as antigas potências europeias que sofreram a guerra em seu próprio território. Seu poderio econômico permite-lhes a criação de um plano de ajuda maciça à combalida Europa, o Plano Marshal. Apesar de fortemente atingida, a União Soviética prescinde deste tipo de ajuda, expandindo sua área de influência ao leste europeu e Stalin coloca-se à altura de outros chefes de estado nas discussões e tratados durante e depois da guerra.

O confronto entre essas grandes potências apresenta-se na forma de exposição de força sem um conflito de larga escala, totalmente indesejado por ambas. É a “guerra fria” que de fria nada teve (Coreia, Vietnam ...). Um sinal muito vermelho acende-se com a entrada de Cuba na esfera Soviética.

Neste ponto a “laicidade” do estado fica seriamente comprometida na medida em que interesses idênticos se aproximam: o fundamentalismo cristão e os interesses econômico-políticos da nação: supremacia política da nação e supremacia econômica do capitalismo americano.

Nestes tempos de 50 anos do golpe, discussões sobre a inevitabilidade ou não do 1 de abril, a influência da revolução cubana, o “caráter autoritário” da “democracia” brasileira, ... ganham fôlego, inclusive com reedições de obras há algum tempo esgotadas. À aliança civil-militar inclui a religiosa, principalmente em relação à oficialidade católica eminentemente conservadora. Ao combate ao comunismo agregam-se a defesa da família e dos costumes, do pensamento cristão como inerente à sociedade.

São tachados de comunistas desde aqueles que realmente pertenciam aos partidos comunistas, aqueles que participaram da “luta armada” até os ligados ao pensamento liberal ou simplesmente os que discordavam do regime, mesmo os que eram cristãos sinceros, padres católicos e pastores evangélicos. Como exemplos podem ser lembrados os bispos D. Adriano Hipólito e D. Pedro Casaldáliga.

Com isso, o regime aproxima-se, principalmente em seus momentos mais extremados (os anos de chumbo), de uma polarização: nós e eles. Ainda que não possa ser enquadrado como um regime totalitário, a ditadura civil-militar brasileira tende a uma aproximação com esses regimes, incluindo-se aqui o regime soviético, considerado o inimigo supremo.

Esta discussão coloca-nos diante de questões que vão além do regime civil-militar brasileiro, as possibilidades e limites da laicidade do estado. A França encontra-se confrontada com a proibição da burka; os Estados Unidos estão diante da constante ingerência dos fundamentalismos evangélicos, situação bastante acentuada no governo de Bush filho; a Inglaterra com sua



peculiaridade de sustentar liberdade religiosa, mas com o chefe de estado (a rainha) ser ao mesmo tempo chefe da igreja anglicana. No Brasil, a intervenção religiosa faz-se sentir cada vez mais, agora com a presença evangélica, ao ponto de termos uma “bancada” no Congresso Nacional.

Nossas eleições têm mostrado até onde os postulantes a cargos executivos chegam para conseguir apoios principalmente no campo dos evangélicos. Questões como o aborto, o casamento civil e até pesquisas com células tronco são perpassadas por convicções religiosas no parlamento. Cabe lembrar as dificuldades de implantação do divórcio que aparece já na constituinte de 1891.

Que é um estado laico? Quais são suas possibilidades e limites? Por que se buscar um estado laico? Seria uma utopia? Estas questões que envolvem as relações do estado com religião e religiosidade estão mais próximas de quem se dedica a estudos de “religião”. Participe muito presente de nossa vida cotidiana, não tem merecido a devida consideração quando se pesquisa a natureza do estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

CARROLL, James. A Espada de Constantino: A Igreja Católica e os Judeus. São Paulo: Editora Manole, 2002.

CORDEIRO, Janaína Martins. "A nação que se salvou a si mesma": Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2008. Niterói/2008

CORNWELL, John. O papa de Hitler - A História Secreta de Pio XII. Rio de Janeiro, 2000.

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo, Companhia das letras, 1ª reimpressão, 2002.

JOHNSON, Paul. História do cristianismo. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). Uma nação com alma de igreja: Religiosidade e políticas públicas nos EUA. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

SKIDMORE, Thomas e. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). São Paulo-Rio de Janeiro: Paz e terra, 11ª Reimpressão, 1996.